



Em sessão presidida por José Sarney (C), senadores, deputados e representantes do governo federal prestam homenagem a Ulysses Guimarães

## Congresso recorda luta de Ulysses pela democracia

Sessão solene homenageou Ulysses Guimarães, que conduziu a elaboração da atual Constituição. Ele morreu há 20 anos. **6**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.756 — Brasília, terça-feira, 16 de outubro de 2012



Paim (2º à dir.) é relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais

## Sindicatos criticam projeto sobre mandato de diretores

Em debate no Senado, sindicalistas disseram que projeto de Cássio Cunha Lima interfere na

autonomia sindical. Texto permite a dirigentes serem reeleitos apenas uma vez. **8**

# CPI do Cachoeira decide hoje se prorroga trabalhos

Líderes reúnem-se às 15h para definir o futuro da CPI, prevista para acabar em 4 de novembro. Prazo maior depende de assinaturas de 171 deputados e 27 senadores

**P**arlamentares que defendem a extensão do prazo alegam que não há tempo para avaliar 508 requerimentos que ainda não foram examinados, incluindo convocações para depoimentos e quebras de sigilo. Mas o relator, deputado

Odair Cunha, garante que tem elementos contundentes para o parecer.

O baixo número de assinaturas coletado até ontem para prorrogação é creditado à pouca presença nas últimas semanas, quando não houve votações no Congresso. **3**

### especial Cidadania

## Revalorizar magistério é objetivo de plano nacional

Aprovado na Câmara, Plano Nacional de Educação deve chegar este mês ao Senado e busca melhorar carreira de professor da educação básica. **4 e 5**



Plano prevê melhoria nos salários, motivo de várias mobilizações de professores, como a realizada em setembro em Brasília

**Comissão fecha proposta de novo pacto federativo 2**

**Sabatina de Teori Zavascki será retomada amanhã 3**

**Benefício fiscal para Olimpíada entra em regime de urgência 3**

**Senado presta homenagem a antigos e novos funcionários 2**

## No Plenário, discursos lembram Dia do Professor 7



## Em sessão pelo Dia do Aviador, senadores destacam FAB 3

Observado por Ana Amélia e representantes das três Armas, Anibal Diniz discursa em sessão pelo Dia do Aviador

# Comissão conclui proposta de novo pacto federativo

Grupo de especialistas entregará amanhã ao Senado propostas de novas regras para Fundo de Participação dos Estados, guerra fiscal, royalties do petróleo e dívidas dos estados com a União

A COMISSÃO DE especialistas criada pelo Senado para sugerir mudanças que acabem com os desequilíbrios financeiros do pacto federativo entregará amanhã o relatório final.

Para o presidente do Senado, José Sarney, as sugestões da comissão ajudarão muito no trabalho dos parlamentares, que têm de mudar as regras de quatro questões financeiras — a partilha dos royalties do petróleo, a divisão do dinheiro do Fundo

de Participação dos Estados (FPE), a dívida dos estados com a União e a guerra fiscal entre os estados.

— [O trabalho da comissão] é uma contribuição importante de pessoas que estão pensando também a Federação. As relações da Federação cada vez mais se esgarçam. E não podemos esquecer que a Constituição diz que duas coisas são imutáveis: a Federação e a República. Então, é preciso ter um zelo muito

grande pelos dois — afirmou Sarney ontem.

No relatório final, as sugestões da comissão estarão reunidas em nove anteprojeto de lei e duas sugestões a projetos que já tramitam no Congresso Nacional.

O presidente do grupo é Nelson Jobim, que já foi ministro da Justiça e presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). O relator é Everardo Maciel, ex-secretário da Receita Federal.

## Mesa vota pedidos de informação ao governo

A Mesa do Senado reúne-se hoje, a partir das 14h30, na sala de audiências da Presidência, para analisar requerimentos de informações.

Com o objetivo de instruir a Proposta de Emenda à Constituição 123/11, a chamada PEC da Música, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pede informações à Receita Federal

e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A proposta isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros, para reduzir o preço dos produtos e desestimular a venda de reproduções piratas.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pede informações ao governo sobre a implantação

de melhorias na gestão das agências reguladoras. O pedido foi feito com base em medidas sugeridas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Alvaro Dias (PSDB-PR) quer informações do governo sobre a diferença de preços no pagamento dos medicamentos que integram o Programa Farmácia Popular.



O presidente do Senado, José Sarney (C), posa para foto em evento dedicado a novos e antigos servidores da Casa

## Senado faz homenagem a funcionários

Como parte das comemorações do Mês do Servidor, o Senado homenageou ontem novos e antigos funcionários.

Numa cerimônia no clube da Associação dos Servidores do Senado Federal (Assefe), 260 servidores admitidos neste ano por concurso público receberam as boas-vindas.

O presidente do Senado, José Sarney, ganhou dos servidores uma placa pela gestão. Segundo ele, a instituição conta com o melhor quadro de funcionários públicos do país.

— O Senado não é somente uma repartição pública. Ele transpira a história do Brasil. Sujeito a críticas, algumas injustas, outras justas, o Poder Legislativo é o coração da democracia.

Sarney fez um balanço da

gestão e dos cinco mandatos de senador. Ele lembrou que na década de 1970 propôs a organização de uma comissão para estudar a criação de um centro de processamento de dados — o Prodasen, que originou a Secretaria Especial de Informática.

Assinalou que em 1994, no primeiro mandato como presidente da Casa, iniciou a reorganização da estrutura administrativa do Senado. Lembrou a criação dos meios de comunicação da Casa.

— Sempre tive grande paixão pelo Senado. Procurei sempre ser um renovador. Sempre gostei de ser alguém que olha para frente, não para trás — afirmou Sarney.

Segundo a diretora-geral, Doris Peixoto, o Senado está em transformação, “rumo a

uma instituição mais moderna e transparente”:

— O presidente Sarney foi o grande incentivador do processo de modernização administrativa.

A secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, afirmou que o Senado nunca deixa de olhar a população:

— Pensar e agir em prol do servidor, renovação de quadros, permanente capacitação e valorização são frutos de um serviço público de qualidade que o Senado presta à sociedade brasileira.

O evento foi promovido pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Recursos Humanos e contou com o apoio da Assefe e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

## Servidores da Casa terão palestras hoje sobre prevenção de acidentes

Para desenvolver uma cultura de prevenção de acidentes no Senado, a Secretaria de Engenharia da Casa promoverá hoje um ciclo de palestras sobre educação continuada em saúde e prevenção, além de atividades itinerantes para orientar servidores nas práticas de trabalho.

Denominado *Prevenção: a hora é agora*, o evento abordará temas como doenças ocupacionais, acidentes de trabalho e alcoolismo, equipamento de proteção individual, prevenção do câncer de mama e de pele, além de perda auditiva induzida por ruído.

As palestras dos especialistas serão realizadas no auditório da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

(Seep), uma zona industrial gráfica cujo trabalho envolve rotinas que exigem atenção constante de prevenção.

Já as atividades itinerantes acontecerão na Secretaria de Recursos Humanos (SERH) e visam orientar os trabalhadores quanto ao uso de equipamentos de trabalho, postura durante o serviço e consciência corporal, entre outros temas.

A preparação do evento envolveu o Serviço de Prevenção de Acidentes e Segurança do Trabalho, da Secretaria de Engenharia, a Secretaria de Assistência Médica e Social, a SERH e a Associação dos Servidores do Senado Federal.

No encerramento das atividades, haverá show com o cantor Pedro Bispo.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO: Crédito para ministérios

14h Na pauta, duas medidas provisórias: a MP 572/12, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Defesa, e a MP 573/12, para os Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde, dos Transportes, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa, da Integração Nacional e das Cidades.

### PRESIDÊNCIA: Grupo de Comunicação O Povo

11h Sarney recebe a presidente do Grupo de Comunicação O Povo, Luciana Dummar, entre outros; às 14h30, reunião da Mesa do Senado; e, às 16h, ordem do dia da sessão plenária.

### COMISSÃO ESPECIAL: Defesa do Consumidor

9h Audiência pública para examinar três projetos de lei do Senado (PLSs 281/12, 282/12 e 283/12) que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

### CDH: Demissões em montadoras

9h Para debater as demissões nas montadoras de veículos, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública com representantes das empresas.

### CAE: Empréstimos externos

10h Três mensagens que autorizam empréstimos externos para os estados da Bahia, do Rio de Janeiro e de Mato Grosso serão analisadas pela Comissão de Assuntos Econômicos.

### CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos

10h15 A comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos analisa requerimentos.

### CE: Limite de alunos

11h Dos 15 itens da pauta da Comissão de Educação, 10 tramitam de forma terminativa. Entre eles, o que estabelece número máximo de alunos por turma no ensino básico.

### CMA: Copa de 2014

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle debate unificação da entrada de dados dos Portais da Transparência da Copa de 2014 do Senado e da CGU. Também vota proposta sobre planos pré-pagos de telefonia celular.

### CPI DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Requerimentos

14h Reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga a violência contra a mulher para votação de requerimentos.

### MESA DO SENADO: Pedidos de informação

14h30 Na pauta da reunião da Mesa, requerimentos de informações ao governo.

### CMO: Créditos suplementares

14h/18h/20h A Comissão Mista de Orçamento analisa abertura de créditos suplementares para ministérios e órgãos do Executivo.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## Comissão retoma amanhã sabatina de Teori Zavascki

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) retoma amanhã, a partir das 10h, a sabatina do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Teori Zavascki. Ele foi indicado para substituir, no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Cezar Peluso, que se aposentou.

A sabatina foi iniciada em 25 de setembro. Entretanto, teve de ser suspensa depois que foi aberta a sessão plenária para votação da Medida Provisória do Código Florestal. Na reunião, apenas 5 dos 25 senadores inscritos chegaram a formular perguntas.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Taques (PDT-MT) questionaram o ministro sobre a eventual participação dele no julgamento do mensalão. Zavascki disse que caberia ao próprio STF decidir se ele estaria habilitado a votar. Assegurou, no entanto, que, caso tomasse parte no julgamento, não pediria vista do processo. A oposição temia uma atitude que atrasasse a decisão final do Supremo.

O relator da indicação de Zavascki, Renan Calheiros (PMDB-AL), já apresentou o parecer. Depois de discorrer sobre a formação e a titulação do magistrado, o parlamentar destacou a defesa que Zavascki fez da racionalização do processo recursal e do respeito aos precedentes judiciais, estratégias que ajudariam a aliviar o acúmulo de ações na Justiça.

Depois de passar pela CCJ, a indicação segue para votação no Plenário do Senado.

Até ontem, apenas dois deputados e sete senadores haviam assinado o documento que pode confirmar a prorrogação dos trabalhos

# CPI do Cachoeira decide hoje se estende o prazo da investigação

ESTÁ MARCADA PARA as 15h reunião de representantes dos partidos para decidir se os trabalhos da CPI do Cachoeira serão prorrogados. O prazo final é 4 de novembro, mas integrantes coletam assinaturas para tentar estendê-la por até 180 dias. São necessárias assinaturas de um terço dos membros da Câmara e do Senado — 171 deputados e 27 senadores —, no entanto, até ontem só dois deputados e sete senadores tinham assinado.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que lidera o movimento pela prorrogação no Senado,

deve continuar a coleta independentemente do resultado da reunião. Segundo a assessoria do senador, o baixo número de assinaturas se deve à presença de poucos parlamentares no Congresso nas últimas semanas, o que deve mudar, visto que esta semana há sessões deliberativas.

Um dos principais argumentos dos parlamentares que defendem a prorrogação da CPI é a grande quantidade de requerimentos ainda não analisados. Entre os 508 pedidos a serem analisados, estão convocações e quebras

de sigilo de empresas que seriam ligadas à organização criminosa que foi alvo da Operação Monte Carlo, da Polícia Federal. Os requerimentos, no entanto, podem não resultar em informações úteis se a CPI for encerrada, já que elas dificilmente chegariam antes de 4 de novembro.

Após a polêmica sobre o adiamento, o relator da CPI, deputado Odair Cunha (PT-MG), afirmou que a comissão tem “prazo certo” e que, enquanto não for aprovada prorrogação, trabalhará com o prazo atual. Cunha garante

ter “elementos fortes e contundentes” sobre o trabalho da organização criminosa.

— Não é verdade que, se os trabalhos não forem prorrogados, os fatos não serão investigados. Com as informações que nós temos hoje na CPI mista, podemos produzir um relatório consistente — disse.

A CPI não divulgou lista dos participantes da reunião de hoje. A assessoria do presidente da CPI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que o senador quer a participação de um representante de cada partido.



No encerramento da Olimpíada de Londres, este ano, representantes do Rio de Janeiro apresentaram o símbolo dos Jogos Olímpicos de 2016

## Isenção na Olimpíada deve ser votada até 8 de dezembro

Publicada em 11 de outubro, a Medida Provisória (MP) 584/12, que isenta de impostos a importação de bens e serviços vinculados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, entra em regime de urgência e precisa ser votada até 8 de dezembro. A partir de 24 de novembro, obstrui a pauta. O cronograma foi anunciado ontem, junto com os nomes dos senadores e dos deputados da comissão

mista que vai debater o texto.

Hoje se esgota o prazo para recebimento de emendas. O Senado receberá o texto aprovado pela Câmara e o apreciará de 7 a 20 de novembro. Se houver alterações no Senado, elas deverão ser discutidas na Câmara entre 21 e 23 de novembro.

O Senado será representado na comissão mista por Renan Calheiros (PMDB-AL), Francisco Dornelles (PP-RJ), Paulo

Davim (PV-RN), Vital do Rêgo (PMDB-PB), Walter Pinheiro (PT-BA), Lídice da Mata (PSB-BA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Gim Argello (PTB-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Alfredo Nascimento (PR-AM) e Marco Antônio Costa (PSD-TO).

Foram designados suplentes Ana Amélia (PP-RS), Romero

Jucá (PMDB-RR), Sérgio Souza (PMDB-PR), Waldemir Moka (PMDB-MS), Pedro Taques (PDT-MT), Wellington Dias (PT-PI), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Jayme Campos (DEM-MT), Paulo Bauer (PSDB-SC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), João Vicente Claudino (PTB-PI), Vicentinho Alves (PR-TO), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Sérgio Petecão (PSD-AC).

## Em sessão pelo Dia do Aviador, senadores citam importância da FAB

Com o Plenário lotado por membros da Força Aérea Brasileira (FAB), os senadores realizaram ontem uma sessão pelo Dia do Aviador — que se celebra em 23 de outubro, data na qual, em 1906, Alberto Santos Dumont fez o primeiro voo da história, em seu avião 14-Bis, em Paris.

A sessão foi presidida pelo primeiro-vice-presidente do Senado, Anibal Diniz (PT-AC). Em discurso, ele falou da importância da FAB para as populações de áreas dis-

tantes e isoladas do Brasil. O senador disse que o Acre tem uma dívida de gratidão com a Força Aérea Brasileira, principalmente pelo enfrentamento das calamidades climáticas, pelo combate às doenças endêmicas e pelo desenvolvimento do estado.

— Numa comunidade isolada, a população às vezes se sente como se não tivesse pátria, como se não tivesse representação. Todas as vezes que chega uma aeronave da Força Aérea Brasileira,

quando chega um navio-hospital da nossa Marinha, com a bandeira brasileira tremulando, é dito àquele povo: “Aqui é Brasil e aqui o Brasil está presente”.

Ana Amélia (PP-RS) citou os 30 anos da presença das mulheres na aviação militar brasileira. Ela lembrou a atuação de Ada Rogato, a primeira mulher a obter a licença de piloto e paraquedista. A senadora citou também Gisele Cristina Coelho de Oliveira, a primeira piloto a voar sozinha

em aeronave da FAB, e Adriana Gonçalves, que está em treinamento no Rio Grande do Sul e deverá ser a primeira mulher a pilotar o maior avião da FAB, o Boeing 707.

O deputado federal Salvador Zimbaldi (PDT-SP) elogiou o desenvolvimento tecnológico da FAB. Ele citou o projeto de um avião cargueiro, o KC-309, parceria entre a FAB e a Embraer.

— O novo avião despertou a atenção de outros países e já pode ser considerado um

sucesso da indústria da defesa nacional — disse.

Também participaram da sessão o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito; o comandante em exercício da Marinha, almirante de esquadra Fernando Eduardo Studart Wiemer; e o comandante logístico do Exército, general de exército Marco Antônio de Farias, representando o comandante do Exército Brasileiro, general de exército Enzo Martins Peri.

# Plano busca revalorização da carreira de professor da educação básica

Aprovado pela Câmara e prestes a chegar ao Senado, projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) tem metas para ampliar formação e melhorar salários dos docentes do ensino público

Tatiana Beltrão

OS PROFESSORES BRASILEIROS, que ontem comemoraram seu dia, têm motivo para ficar de olho no Congresso nos próximos meses. O projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Câmara dos Deputados, deve chegar ao Senado até o fim deste mês. O PL 8.035/10 traz metas específicas para a valorização do magistério, como a melhoria progressiva dos salários até a equiparação com outras categorias, o estabelecimento de prazo para criação de planos de carreira e a execução de uma política nacional de formação para garantir graduação e pós-graduação aos docentes da educação básica.

Com vigência de dez anos, o PNE chega em um momento de crise do magistério. Tida como pouco atrativa, principalmente por causa dos salários, a carreira está desvalorizada. Os cursos superiores de licenciatura (destinados a formar docentes) estão entre os menos procurados nos processos seletivos das universidades. Pesquisa na Universidade de São Paulo mostrou que quase metade dos alunos de licenciatura em Física e Matemática não querem ser professores.

O problema começaria a afetar também outros países, como resultado da recente crise econômica. No início de outubro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) emitiu um alerta sobre a “deterioração da posição dos mestres”, afirmando que a crise afetou os investimentos em educação, piorando as condições de trabalho e os salários em diversas nações.

De acordo com Cristovam, só a União poderia garantir os recursos necessários para promover o salto qualitativo de que a educação básica precisa e dar equidade ao ensino público oferecido no país, marcado por profundas desigualdades. O tema vem sendo debatido em audiências públicas no Senado. A próxima acontece amanhã, às 10h, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

## Federalização

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, avalia que ainda há muito a fazer para melhorar as condições

de vida e de trabalho dos professores brasileiros e, assim, tornar a profissão mais atrativa. Ele acredita que as metas do PNE estão bem estruturadas e podem ajudar a qualificar a educação pública de forma geral. No entanto, para fazer com que o país saia do atraso educacional, o ponto crucial é o aumento de recursos.

— Para que o plano tenha êxito, a grande meta é a que estabelece investimento de 10% do PIB em educação [meta 20 do PNE]. Essa não é uma reivindicação apenas dos professores, é da sociedade brasileira. Aí, será possível transformar em realidade o que hoje ainda é sonho, como equiparação salarial com outras categorias.

Autor do projeto que deu origem à lei que garante um piso nacional para o magistério e de outros projetos relacionados, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) vai além. Para ele, a única saída para garantir melhor substancial dos salários (e do ensino como um todo) é a federalização da educação básica, em que a União assumiria a responsabilidade pelo orçamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, ficando a gestão a cargo dos municípios e estados. Atualmente, apenas o ensino superior é de responsabilidade da União.

— Para educação de qualidade, é preciso uma trindade: bolso, cabeça e coração, com professores bem formados, salários justos, escolas com boa infraestrutura, horário integral, acesso às tecnologias de informação.

Para o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), a palavra-chave para revalorizar o magistério e qualificar o ensino, a partir da aprovação do PNE, é gestão.

— Não basta estar previsto



Diretor do Centro de Ensino Fundamental Polivalente, da rede pública do DF, Cleber Villa Flor comemora resultados no Ideb

em lei para que as metas do plano sejam alcançadas. É a gestão eficiente da educação que poderá tornar as melhorias exequíveis e a carreira docente, mais atrativa.

Na avaliação do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Cesar Callegari, o processo de revalorização da docência já começou. “O magistério vai se transformar em uma função pública de alta prioridade”, garante.

Entre as vantagens, ele cita a aposentadoria diferenciada (redução de cinco anos no tempo de contribuição); piso salarial estabelecido por lei; e estabilidade, no caso dos efetivos. As metas de formação inicial e continuada, planos de carreira e ganho salarial, previstas no PNE, contribuiriam para essa recuperação.

O secretário acrescenta que, nos próximos 20 anos, o setor terá forte demanda, e é provável que haja pressão pela elevação salarial em razão disso.

## Motivação

— Gradativamente, o magistério vai se transformar em carreira atrativa de novo, em boa opção profissional e de vida. Nos próximos anos, ele recuperará o status que já teve, sobretudo na educação básica — sustenta.



A professora gaúcha Alessandra Klein foi premiada com trabalho para inclusão de uma aluna surda em sua escola

e a motivação que não estão nos contracheques ou na percepção da sociedade a respeito da docência.

— Meu maior motivador são os alunos. Tenho vontade de vir para a escola. O sorriso deles me faz bem — diz o professor Cleber Villa Flor, diretor do Colégio Polivalente, da rede pública do Distrito Federal. A escola é uma das campeãs do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do DF.

Graduada em Pedagogia com ênfase em educação especial, a gaúcha Alessandra Klein é outra que encontra motivação no dia a dia.

— Sempre quis ser professora, desde criança, e era triste ouvir as pessoas dizendo que essa é uma carreira que não vale a pena. Eu acredito na profissão por acreditar que podemos fazer diferença na vida dos alunos.

Em 2011, a crença de Alessandra foi reconhecida nacionalmente. Ela foi uma

## Perfil do magistério no Brasil



das vencedoras do Prêmio Professores do Brasil, instituído pelo MEC para valorizar práticas pedagógicas bem-sucedidas no ensino público.

O trabalho premiado foi realizado na Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança, de Horizontina (RS), quando Alessandra preparou sua turma para receber uma colega surda.

A professora abordou temas como diferenças entre pessoas e cultura e identidade dos surdos. Depois, envolvendo toda a escola, ensinou a alunos e funcionários a língua brasileira de sinais (Libras).

— Quando a aluna entrou, os coleguinhas disseram “oi” em libras. E ela sentiu que seria respeitada na sua língua — conta.

## Qualificação

O MEC oferece oportunidades de formação inicial e continuada para professores da educação básica. Há opções de graduação a distância e presencial e facilidades na concessão de bolsas e quitação do financiamento estudantil:



**PARFOR:** O Plano Nacional de Formação de Professores oferta turmas em cursos superiores de licenciaturas ou formação pedagógica, presenciais ou a distância, para docentes em exercício na rede pública da educação básica



**UAB:** Coordenado pela Capes, o Sistema Universidade Aberta do Brasil oferece vagas por vestibular e outros processos seletivos escolhidos pelas instituições públicas de ensino superior participantes. Há vagas em cursos de licenciatura, bacharelado, tecnólogo e especialização, entre outros



**IFETS:** Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia devem reservar 20% das vagas a cursos de licenciatura em Matemática, Física, Química e Biologia, para ajudar a suprir a demanda por professores dessas disciplinas. Em 2014, quando os institutos estarão plenamente implantados, as licenciaturas terão de 80 mil a 100 mil vagas



**FIES:** Estudantes que contratam financiamento estudantil para custear cursos de licenciatura e que optam pela carreira de professor das redes públicas da educação básica com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais podem quitar o empréstimo com trabalho. O abatimento mensal é de 1% ao mês



**PROUNI:** Educadores da rede pública de educação básica que concorrem a uma bolsa em curso de licenciatura, normal superior ou Pedagogia pelo Programa Universidade para Todos (que oferece bolsas integrais ou parciais em universidades privadas) não precisam cumprir o critério de renda máxima do programa, desde que estejam em efetivo exercício e integrem o quadro permanente da escola



**PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL:** Valoriza práticas pedagógicas bem-sucedidas, criativas e inovadoras nas redes públicas de ensino. A 6ª edição do prêmio tem inscrições abertas até 27 de outubro, no site do MEC ([premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br](http://premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br)).

## Profissionais lutam para garantir a Lei do Piso

Criada por iniciativa do Senado, a Lei do Piso (Lei 11.738/08) é vista como uma das mais importantes conquistas dos professores nos últimos anos. Ela estabelece um piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. A remuneração mínima a ser paga pela União, estados e municípios aos professores com nível médio e jornada de 40 horas semanais é reajustada anualmente, com base no crescimento do Fundeb.

Para este ano, o piso é de R\$ 1.451. O valor ainda é baixo, se comparado aos salários nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde a média salarial dos professores em início de carreira começa em US\$ 27 mil anuais (veja quadro). Também é baixo se comparado aos vencimentos de outras categorias com escolaridade semelhante. Mesmo assim,

muitos estados brasileiros (dez, de acordo com a CNTE) ainda não cumprem a lei, e destinam vencimentos abaixo do piso aos professores.

A batalha é travada na Justiça. Em 2008, governadores impetraram ação direta de inconstitucionalidade (Adin), argumentando que a lei violaria a autonomia dos estados, mas o Supremo Tribunal Federal indeferiu a ação. Em setembro deste ano, seis estados ingressaram com nova Adin, para contestar a forma de reajuste do piso. Sustentam que a inflação de 2009 a 2011 foi de 17,57%, enquanto o índice Fundeb (base usada para o reajuste) foi de 52,7%. Dessa forma, o piso poria em risco o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sustenta a ação, que ainda está em julgamento.

A preocupação se repete no âmbito municipal. Prefeitos reunidos no Senado na semana passada, em encontro da

Confederação Nacional de Municípios, citaram o piso do magistério como uma das despesas crescentes que estão deixando no vermelho as contas das prefeituras.

Enquanto isso, o critério para reajuste do piso permanece em análise na Câmara. Está pronto para votação o projeto de lei (PL 3.776/08) que estabelece atualização exclusivamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), critério que degradaria a meta de aumento real progressivo dos salários.

Uma proposta alternativa apoiada pela CNTE, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) sugere reajuste pelo INPC mais 50% do crescimento da receita do Fundeb. A proposta foi entregue em setembro à Câmara.



Trabalhadores da educação protestaram em Brasília, em setembro, contra reajuste do piso do magistério pelo INPC

## Saiba mais

**Projeto de Lei 8.035/10** — Plano Nacional de Educação (redação final da CCJ da Câmara) <http://bit.ly/1V6GYT>

**Censo da Educação Básica 2011 (MEC)** <http://bit.ly/1toQ5y2>

**Anuário Brasileiro da Educação Básica (Todos pela Educação)** <http://bit.ly/5067kc>

**Relatório Education at a Glance (OCDE, em inglês)** <http://bit.ly/1MDnX5>

**Matriz de Referência da Prova Nacional Docente (Inep)** <http://bit.ly/1Wez1QR>

**Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)

## Prova nacional para seleção de docentes começa em 2013

A partir do ano que vem, estados, Distrito Federal e municípios deverão contar com um novo instrumento para selecionar professores para as redes de ensino. No segundo semestre de 2013, o MEC realizará a primeira edição da prova nacional de concurso para ingresso na carreira docente — a Prova Docente.

A participação dos professores na prova é voluntária, e os resultados poderão ser usados pelos estados e municípios nos processos de seleção de profissionais de magistério para a educação básica. O docente poderá se

inscrever em quantos processos seletivos quiser, nas redes que aderirem à prova. A primeira edição deve ser restrita a professores de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A intenção do MEC é realizar o exame anualmente.

O processo é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e acompanhado por entidades como Undime, Consed, CNTE e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). No mês passado, foi realizado o primeiro pré-teste do exame.

## Metas

Entre as 20 metas do projeto de PNE 2011—2020 (PL 8.035/10), quatro tratam especificamente da valorização do professor

**Meta 15:** Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência do plano, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação de nível superior em curso de licenciatura na área em que atuam. **Entre as estratégias previstas para consecução da meta, estão:** consolidar financiamento estudantil a estudantes de cursos de licenciatura; ampliar programa de iniciação à docência; promover reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do aluno e incorporação das tecnologias de informação e comunicação

**Meta 16:** Formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

**Entre as estratégias, estão:** realizar planejamento estratégico para dimensionar demanda por formação continuada e fomentar oferta por parte das instituições públicas de ensino superior; consolidar política nacional de professores da educação básica, definindo diretrizes nacionais e áreas prioritárias; ampliar oferta de bolsas de estudo para pós-graduação

**Meta 17:** Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do plano. **Entre as estratégias, estão:** implementar planos de carreira em âmbito federal, estadual e municipal, observados os critérios estabelecidos na Lei do Piso, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar; ampliar a assistência financeira da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais, em particular o piso salarial nacional; constituir fórum permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso

**Meta 18:** Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal. **Entre as estratégias, estão:** estruturar as redes públicas de educação básica, de modo que pelo menos 90% dos profissionais do magistério sejam efetivos e estejam em exercício nas redes escolares a que estão vinculados; realizar prova nacional de admissão de profissionais do magistério, cujos resultados possam ser utilizados pelos estados, Distrito Federal e municípios



Ao lado do vice-presidente da República, Michel Temer, o presidente do Senado, José Sarney (C), conduz sessão de homenagem a Ulysses Guimarães

Lia de Paula/Agência Senado

# Congresso lembra luta de Ulysses por democracia

Senadores e deputados realizaram sessão pela memória do parlamentar, morto há 20 anos; discursos citaram ações contra a ditadura e elaboração da atual Constituição

A VOCAÇÃO PARA a política e a defesa da democracia e, mais precisamente, do Poder Legislativo, foram qualidades comuns aos pronunciamentos feitos ontem em sessão solene do Congresso Nacional em homenagem a Ulysses Guimarães (1916 — 1992), morto há 20 anos. O presidente do Senado, José Sarney, destacou o papel fundamental do político paulista no processo de transição democrática nas décadas de 1970 a 1990. Sarney exaltou a capacidade de articulação do então líder da oposição ao regime militar.

— Ulysses sempre soube atuar muito bem sobre os núcleos de decisões. Ele sabia como estas são tomadas e sabia atuar no momento exato. Ele era uma voz que não podia deixar de ser ouvida e uma força de equilíbrio — disse.

Para ele, Ulysses teve o seu ápice político em 1973, quando lançou uma anticandidatura simbólica, pelo MDB, à Presidência, como forma de protesto contra a ditadura.

— Era um exímio costurador e alinhavava com extrema perfeição a conspiração da boa causa. Muitas vezes, depois de um gesto duro, aparecia em nossa casa, eu, presidente do PDS, para convidar-me a conspirar para queimar etapas na então transição “lenta, gradual e segura” — recordou.

Sarney sublinhou ainda o fascínio de Ulysses pela “voz das ruas”.

— Para ele, era uma flauta

mágica. A ninguém devotou maior fidelidade. A opinião da rua era a opinião do povo, e o povo era o seu único guia.

Sarney destacou a atuação de Ulysses na fundação do PMDB em 1979. Segundo o presidente do Senado, com a morte de Tancredo Neves, em 1985, foi nele que buscou apoio, lembrando o tempo em que exerceu a Presidência da República, enquanto Ulysses presidia a Câmara.

Sarney homenageou ainda dona Mora, esposa de Ulysses, que também faleceu na queda de helicóptero no litoral de Angra dos Reis (RJ).

Para o vice-presidente da República, Michel Temer, lembrar Ulysses Guimarães é “rememorar e reverenciar o Brasil novo porque o país nasceu, juridicamente, em 5 de outubro de 1988”. Temer ainda afirmou que, se não fosse a capacidade de agregação de Ulysses, o Brasil não teria a atual Constituição.

— Muitas vezes pessoas sem cargo já são líderes. Ulysses somava a liderança natural ao cargo mais significativo do país, a presidência da Assembleia Nacional Constituinte.

Para o primeiro-vice-presidente do Senado, Anibal Diniz (PT-AC), Ulysses “fazia política com destemor” e sempre em busca da democracia e do estado de direito. O “Senhor Diretas”, disse o senador, foi

um político corajoso que tinha “visão de país e sentimento de nação”. Anibal registrou ainda que Ulysses exerceu 11 mandatos de deputado federal, sendo presidente da Câmara dos Deputados por três oportunidades.

— Político prudente e de vasta experiência, dizia que a liberdade de expressão é a rainha de todas as liberdades.

Primeiro signatário do requerimento da homenagem, Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que Ulysses foi incansável no combate ao “regime de exceção e pelo restabelecimento da democracia” e um “verdadeiro símbolo nacional de resistência à ditadura militar”.

— Quando a pátria estava mergulhada na noite tenebrosa do arbítrio do terror, o doutor Ulysses encarnou a esperança de todo um povo de que haveria redenção — disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou os conselhos que recebeu dele ao ingressar na política e a luta pela valorização do Parlamento.

— Ele encarnou como poucos o valor do Poder Legislativo no jogo político de independência entre os Poderes.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que Ulysses era um pastor que guiava os políticos e lembrou da presença dele na inauguração da Ponte Pedro

Ivo, que liga Florianópolis ao continente, em 1991.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), após 20 anos de ausência de Ulysses da vida pública, a homenagem do Congresso é a demonstração do quanto o “Senhor Diretas” ainda influi no cenário político.

O senador, presidente do PMDB, realçou o papel de Ulysses para o fortalecimento da legenda e disse ter certeza de que, hoje, Ulysses estaria ao lado de Michel Temer e da presidente Dilma Rousseff.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou entrevistas feitas por ela, como jornalista, com o político. Ela contou ter feito uma das últimas a poucos dias de ele completar 76 anos e de morrer semanas depois. Ela disse ter perguntado o que ele gostaria de ganhar de aniversário. “Um Brasil mais justo e mais democrático”, respondeu.

— Não há como falar da democracia brasileira sem falar em Ulysses. Foi um grande líder do movimento pela democracia.

Luiz Henrique (PMDB-SC) afirmou que o Ulysses representava o voto limpo e livre.

— Ele era a caminhada do Brasil para uma democracia verdadeira — afirmou.

O senador disse que, hoje, Ulysses estaria defendendo a reforma política, o financiamento público de campanhas, o fim da reeleição, o voto em lista fechada, um único suplente de senador e outras medidas moralizadoras.

## “Sempre agregou forças em prol do Brasil”, diz Alvaro

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), no momento em que se completam 20 anos da morte de Ulysses



Waldemir Barreto/Agência Senado

Guimarães, é perceptível “um vazio de ética e de decência” no Congresso.

— Hoje é dia de homenagens a essa liderança excepcional, do meu ponto de vista a maior de todas de minha geração. A lacuna abissal deixada pelo político Ulysses Guimarães se projeta nos dias atuais — afirmou ontem.

O senador chamou Ulysses de “estadista memorável” e lembrou a participação dele em grandes acontecimentos da história do país, como o movimento Diretas Já (1984) e a Assembleia Nacional Constituinte (1986 — 1988). Para Alvaro, Ulysses conseguiu “capturar a resistência ao regime autoritário com bravura cívica”.

— Foi um protagonista que nunca deixou a vaidade roubar a cena. Articulou com maestria e soube agregar, reunir e arregimentar forças em prol da pátria e dos brasileiros.

### Mesa do Senado Federal

- Presidente:** José Sarney
- Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz
- Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka
- Primeiro-secretário:** Cícero Lucena
- Segundo-secretário:** João Ribeiro
- Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino
- Quarto-secretário:** Ciro Nogueira
- Suplentes de secretário:** Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
- Diretora-geral:** Doris Peixoto
- Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Secretaria Especial de Comunicação Social

- Diretor:** Fernando Cesar Mesquita
- Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

- Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327
- Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino
- Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
- Site:** [www.senado.gov.br/noticias](http://www.senado.gov.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

- Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333
- Editor-chefe:** Flávio Faria
- Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle
- Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
- Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
- Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti
- Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

# Senadores pedem valorização do professor

O Dia do Professor, celebrado ontem, motivou uma série de discursos no Plenário do Senado, sempre em apoio aos profissionais de ensino, ressaltando a importância deles para a sociedade e a necessidade de melhor remuneração no Brasil.

Mais de uma vez foi citada pesquisa

recente feita pela Fundação Carlos Chagas, por encomenda da Fundação Victor Civita, em que apenas 2% dos 1.500 alunos do último ano do ensino médio ouvidos demonstraram intenção de cursar algum curso de licenciatura ligado ao magistério. Os baixos salários e as más condições de trabalho foram apontados

como razões do baixo interesse.

No Brasil, o Dia do Professor é comemorado em 15 de outubro em homenagem a Santa Teresa de Ávila, padroeira dos professores, e porque foi nessa data, em 1827, que o imperador dom Pedro I decretou que todas as cidades do país tivessem escolas de primeiras letras.



Cristovam Buarque compara salários médios de professores brasileiros com os de países como Chile e Coreia do Sul

## Professor deveria ganhar R\$ 9 mil, afirma Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem que o salário dos professores não deveria ser inferior a R\$ 9 mil por mês. Segundo ele, é o valor médio pago à categoria em países como Chile e Coreia do Sul.

O senador contou que entregou à Presidência da República um documento com a proposta a ser implementada em 20 anos, mas não obteve resposta.

— Isso mostra um desprezo histórico do Brasil pela educação, pelo futuro — lamentou.

Cristovam lembrou que nenhum dos nove planos econômicos do país priorizou a educação. Ele disse que o salário dos professores na Europa e nos Estados Unidos é maior que a renda média dos cidadãos.

— Nos países ricos, os professores de ensino fundamental com mais de 15 anos de experiência ganham, em média, US\$ 30 mil ao ano [cerca de R\$ 60 mil].

O senador, que também é professor universitário, confessou que ficaria preocupado se um filho dele mostrasse disposição para o magistério. No entanto, bom salário não basta para repercutir na boa qualidade do ensino, segundo Cristovam: ele defende boa formação, dedicação exclusiva e equipamentos modernos, com federalização da educação de base.



Qualidade do aprendizado depende de metas a serem votadas pelo Congresso, diz Ângela Portela

## Ângela apoia novo Plano Nacional de Educação

“Só na educação básica brasileira são quase 2 milhões de profissionais atuando de forma corajosa e dedicada para oferecer uma educação de qualidade a mais de 52 milhões de brasileiros”, disse ontem Ângela Portela (PT-RR). Ela lembrou que, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 10 estados desrespeitam o piso nacional do magistério (R\$ 1.451) e 11 não cumprem na íntegra a lei do piso.

A senadora lembrou que tramita na Câmara dos Deputados o Plano Nacional de Educação — PNE (PL 8.035/10), que definirá as diretrizes, 20 metas e 170 estratégias para a educação no país para o decênio 2011—2020.

— No meu entender, dessas metas depende a qualidade da aprendizagem de nossas crianças, nossos jovens e nossos adultos — disse Ângela Portela.

Além do PNE, a senadora defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 101/11, de sua autoria, que destina 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação.



Para Ana Amélia, os professores brasileiros vivem em situação grave e preocupante, digna de uma reflexão da sociedade

## Ana Amélia afirma que data não é motivo de celebração

Professores são heróis do cotidiano, segundo Ana Amélia (PP-RS). Na avaliação dela, a data não é motivo para celebração, mas para reflexão, porque professores vivem em situação grave e preocupante.

A senadora citou que apenas 2% dos alunos do último ano do ensino médio ouvidos pela Fundação Carlos Chagas demonstram intenção de cursar alguma licenciatura ligada ao magistério. A pesquisa, encomendada pela Fundação Victor Civita, mostrou ainda que professores de escolas em seis capitais do país enfrentam salas de aula lotadas, infraestrutura precária nas instituições de ensino, pouca formação acadêmica e remuneração menor do que o piso nacional da categoria.

Ana Amélia comparou o Brasil a países como Finlândia, Coreia do Sul, China e Cingapura, que investiram maciçamente na educação e onde professores chegam a ser mais valorizados do que médicos.

A senadora homenageou a cunhada, Dora Viana Cardoso, e a irmã Ruth Bussolotto, ambas professoras, além de sua professora de português no ensino médio, Maria San Martins. Em aparte, Cristovam Buarque felicitou a senadora pelo pronunciamento.

## Luiz Henrique lamenta desinteresse de jovens pelo magistério

Luiz Henrique (PMDB-SC) lamentou ontem, em Plenário, resultado de pesquisa nacional da Fundação Victor Civita com 1.500 alunos do ensino médio, que revelou o interesse de apenas 2% dos jovens pela carreira de professor.

— Essa é uma estatística altamente entristecedora — disse.

O senador comentou os resultados da pesquisa em Santa Catarina e considerou inadmissível que os estudantes demonstrem tamanho desinteresse pela carreira de magistério num estado que possui os maiores índices de desenvolvimento humano e elevado nível de escolarização.

Além do baixo índice de desenvolvimento da educação, ele destacou outros pontos que afetam a competitividade do país, como desperdício de gastos públicos, carga fiscal elevada e má qualidade dos transportes.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Souza pede inclusão de Ética Social e Política nos currículos escolares

Ao homenagear o Dia do Professor, 15 de outubro, Sérgio Souza (PMDB-PR) cobrou a votação de projeto de sua autoria que acrescenta novas disciplinas no currículo escolar.

A proposta (PLS 2/12) inclui a disciplina Cidadania Moral e Ética como obrigatória no ensino fundamental, e Ética Social e Política, no ensino médio.

— Desta forma, estaremos oferecendo à nossa sociedade instrumentos para o fortalecimento da formação de um cidadão brasileiro melhor — disse o senador.

Aprovado na Comissão de Educação (CE), o projeto vai a Plenário a pedido do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM). O texto seguiria direto à Câmara, mas Braga apresentou recurso, argumentando que o Ministério da Educação está preocupado com o inchaço dos currículos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Paim: carreira é valorizada nos países desenvolvidos, mas não no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ser cada vez mais difícil encontrar motivos para festejar o Dia do Professor. Segundo ele, a profissão é a mais valorizada nos países desenvolvidos, mas no Brasil continua a ser uma das últimas opções de carreira.

O senador disse que o professor brasileiro convive com baixa remuneração, condições de trabalho inadequadas e os mais diversos tipos de problemas sociais.

— Ser professor é mais do que uma profissão, é uma missão de fé — disse.

Paim disse que o Dia do Professor é comemorado na maioria dos países em 5 de outubro. No Brasil, o 15 de outubro foi escolhido por ser o dia em que se reverencia a memória de Santa Teresa de Ávila, santa católica que viveu no século 16. Com inteligência incomum, disse o senador, ela é a padroeira dos professores.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## “Sem docentes bem remunerados, educação não prospera”, diz Jucá

Em pronunciamento, Romero Jucá (PMDB-RR) reconheceu a importância do papel do professor na construção da cidadania e disse que ainda há um grande desafio pela frente, no sentido de atuar e fortalecer cada vez mais a educação.

— Sem professor bem equipado, bem remunerado e estimulado, a educação não prospera — afirmou.

O senador prestou uma homenagem a todos os professores de seu estado, Roraima, em especial os de Boa Vista. Ele também mencionou aqueles que prestam serviço nas comunidades indígenas do estado.

No discurso, Jucá registrou a vitória do PMDB em Boa Vista, com a vitória de Teresa Surita, no dia 7. Pela quarta vez, ela foi eleita prefeita da capital de Roraima, o que constitui um fato inédito na história do país, disse o senador.



Lia de Paula/Agência Senado

# Sindicatos rejeitam projeto sobre eleição de dirigentes

Em debate no Senado, sindicalistas avaliaram como interferência na autonomia sindical proposta do senador Cássio Cunha Lima que altera tempo de mandato e critérios para escolha de diretores

A DEFINIÇÃO DO prazo dos mandatos sindicais e dos critérios para eleições nos sindicatos deve ser decisão autônoma dessas organizações. A opinião foi compartilhada por sindicalistas que participaram de audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O debate foi proposto pelo presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que é relator de proposta sobre o tema na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto é o PLS 252/12, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O texto amplia a duração dos mandatos sindicais de três para quatro anos, com possibilidade de reeleição por um período. Também impede a participação de parentes dos titulares de cargos sindicais na eleição seguinte.

Na avaliação de Paim, as medidas podem engessar o movimento sindical. Para o parlamentar, é importante haver autonomia para decidir os assuntos relacionados aos trabalhadores, o que pode exigir alterações nos estatutos das entidades e no Código Sindical.

O senador disse que, se houver outros projetos com o

mesmo objetivo, vai solicitar a tramitação conjunta.

Ao se manifestar contrário à limitação dos mandatos sindicais, o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jacy Afonso, defendeu a autonomia das organizações.

— Se o espírito é limitar mandatos, como há para o Executivo, o legislador que apresentou essa proposta também deveria limitar mandatos de deputados e de senadores — afirmou.

A ameaça à autonomia dos sindicatos também foi citada pelo representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Nelson de Miranda Osório.

— Já saímos do regime que tutelava os trabalhadores e agora vamos voltar à tutela? Repudiamos veementemente esse projeto de tutela do trabalhador — disse.

O representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT), João Luiz Torres, lamentou a ausência de Cássio Cunha Lima no debate. A justificativa do projeto, para o dirigente, está “com português correto, mas vazia de argumentos”.

Já o presidente da Con-

federação Nacional dos Trabalhadores da Alimentação e Afins (CNTA), Artur Bueno de Camargo, discorda que a discussão seja iniciada pelo Congresso, com a apresentação de projetos de lei. Ele defende que o assunto seja debatido inicialmente na base.

Na mesma direção falaram o representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Joilson Antonio Cardoso, o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, Jairo Santos Silva Carneiro, e o presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), José Calixto Ramos.

## Perpetuação

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Pedro Delarue Tolentino Filho, disse ser impossível estabelecer um marco regulatório que defina regras nacionais e para todas as categorias. Ele defendeu, no entanto, a limitação de mandatos para evitar a perpetuação de pessoas nos cargos.

Também o representante do Ministério do Trabalho e Emprego, Mauro Rodrigues de Souza, considerou interessante limitar o mandato para que não haja eternização de pessoas na direção de sindicatos.



Para Paim (C), que preside a CDH, medidas propostas no projeto de Cássio Cunha Lima “engessam” o movimento sindical

## Estatuto do Idoso, que faz 9 anos, é tema de audiência

O Estatuto do Idoso, que acaba de completar 9 anos, será o tema de uma audiência pública nesta quinta-feira na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O estatuto beneficia os idosos ao prever medidas como o atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS), a distribuição gratuita de remédios, o direito ao transporte coletivo gratuito e a punição em casos de discriminação, entre outros itens.

Autor do projeto de lei

que deu origem ao Estatuto do Idoso, Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o perfil da população brasileira vem se alterando com a queda das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida. Os idosos compõem hoje 12% da população, e a porcentagem deve aumentar nos próximos anos.

— Temos de estar preparados para essa transição demográfica — afirmou o parlamentar.

A comissão marcou para

hoje uma audiência pública sobre as demissões ocorridas nas montadoras de veículos.

O colegiado também decidiu que realizará outras três audiências, ainda sem data marcada, com os seguintes assuntos: a situação dos planos de saúde, os projetos sobre acessibilidade apresentados pelo Executivo e a inclusão das pessoas com deficiência mental em escolas de empresas.

Todas as audiências foram solicitadas por Paim, que é presidente da comissão.

## Ferraço cobra fortalecimento da Embrapa ao saudar novo presidente da empresa

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) saudou ontem o novo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antônio Lopes, e pediu ao governo e ao Congresso mais apoio e recursos para o órgão.

Fundada em 1973, lembrou Ferraço, a Embrapa conquistou 93 prêmios nacionais e internacionais em 2011, devido à qualidade de suas pesquisas e atividades no Brasil e no exterior. Ajudada pelas pesquisas da Embrapa, a produção agropecuária brasileira aumentou

mais de 230% entre 1970 e 2011, disse o senador.

Além disso, segundo Ferraço, as atividades da Embrapa fortaleceram a agricultura familiar em todo o país e proporcionaram a criação de cerca de 75 mil postos de trabalho no ano passado. Tudo isso com um orçamento anual de pouco mais de R\$ 2 bilhões.

Ferraço também destacou o Dia do Professor, celebrado ontem, alertando que os professores do ensino fundamental brasileiro estão entre os mais mal remunerados do mundo.



Ferraço valoriza a Embrapa

## Segundo Casildo, PMDB conquistou prefeituras estratégicas de Santa Catarina

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse, em pronunciamento, que seu partido teve um excelente desempenho nas eleições municipais em Santa Catarina. Segundo ele, o PMDB contará no ano que vem com pelo menos 104 prefeitos e 71 vice-prefeitos.

— Esses 104 prefeitos representam pouco mais de 35% das prefeituras em Santa Catarina. Estaremos presentes em 143 administrações municipais e seremos representados nas câmaras municipais por 869 vereadores — afirmou.

Casildo disse que o PMDB

venceu em cidades estratégicas como Braço do Norte, Curitiba, Ibirama, Ituporanga, Lages, Laguna, Maravilha, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Joaquim e São Miguel do Oeste.

— Nossos números são reflexo de muito trabalho e determinação.

Segundo Casildo, o partido unirá forças para vencer em Florianópolis, Joinville e Blumenau, onde disputa o segundo turno.

No país, o PMDB conquistou no primeiro turno 10% das prefeituras e 10% dos assentos nas câmaras.



Casildo: eleições municipais

## Rolleberg critica postura do governo do Distrito Federal em relação à cultura

Três atitudes do governo do Distrito Federal demonstram falta de compromisso com a cultura, disse ontem Rodrigo Rolleberg (PSB-DF): destinar parte do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) para festas; solicitar que a Academia de Letras de Taguatinga (ALT) se retire do Espaço Cultural de Taguatinga; e querer vender o espaço do Teatro Goldoni.

Sobre o FAC, o senador ressaltou que eventos como Natal, Réveillon e Carnaval são tradicionalmente

financiados com recursos do orçamento do Distrito Federal. Ele explicou que, pressionado, o governo do Distrito Federal voltou atrás.

Sobre a ALT, Rolleberg explicou que a entidade tem o maior acervo de autores de Brasília. Já o Teatro Goldoni, segundo o senador, torna viável as montagens de grupos recém-formados.

Rolleberg acredita que tais medidas visam destinar recursos para o novo estádio de futebol. Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou as críticas.



Rolleberg desaprova ações